

Fonte la Cutica Class.: Estatuto do Índio
Data 29/07/92 Pg.: HLR00438

Deputado denuncia lobby contra revisão de 1993

Izenilda Farias

João Saravia

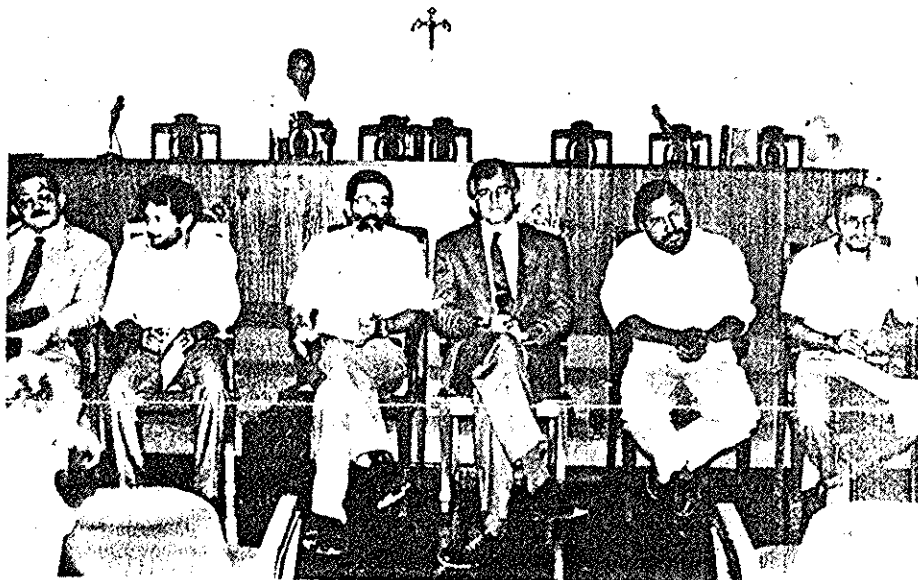
O deputado federal Tuga Angerami (PSDB/SP) revelou ontem em Manaus que uma "articulação reacionária" no Congresso Nacional estaria tentando conter, na futura revisão da Constituição brasileira, em 1993, os avanços obtidos pelos povos indígenas. "Há pessoas se empenhando em fazer andar para trás", disse, sem citar nomes.

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal — à qual Tuga pertence — já se prepara para frear essa tentativa. Os dez deputados que formam a comissão estão elaborando um estatuto contendo propostas para exploração de minérios em áreas indígenas, demarcação de terras, tutela e responsabilidade criminal (assunto do dia depois do episódio envolvendo o caiapó Paulinho Paiakan). "O estatuto é uma oportunidade de reatarmos o que foi avanço na Constituição", afirmou Tuga.

Os membros da Comissão estão percorrendo a Amazônia e colhendo subsídios para o estatuto. A viagem foi organizada pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Conselho Nacional de Seringueiros (CNS). "Não podemos ficar trancados no Congresso tentando, de lá, resolver os problemas das minorias", afirmou.

Tuga foi o único a vir a Manaus. Ele e os organizadores da visita chegaram ontem às 13h30 e foram direto para o Centro de Pesca Artesanal (quilômetro 58 da estrada Manaus/Itacoatiara), levados pelo deputado federal Ricardo Moraes (PT/AM). O lugar pertence ao ex-secretário de Produção do Governo do Amazonas, Jaith Chaves. Ricardo Moraes disse que tem projeto para municipalização do pescado e que a fazenda de Jaith se enquadra no modelo que se quer.

"Queremos proibir a pesca profissional e montar frigoríficos para



Tuga Angerami (de óculos, ao centro): tem gente querendo andar para trás

armazenagem do peixe a partir da organização de cooperativas de pescadores", explicou.

Denúncias — A visita à fazenda fez atrasar em duas horas o encontro marcado para as 16 horas que o deputado Tuga teve na sede da seção amazonense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com representantes de entidades ambientalistas, extrativistas e indigenistas da Amazônia. Participaram a Associação de Mulheres do Alto Rio Negro, o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (Marewa) e outras organizações não governamentais.

O deputado ouviu denúncias de todo tipo. Do estupro de índias em São Gabriel da Cachoeira — região do Alto Rio Negro — na época de implantação do Projeto Calha Norte (militarização das áreas de fronteira) aos prejuízos trazidos aos índios Waimiri-Atroari pela mina do Pitíngua (da empresa Paranapanema), de exploração de cassiterita.

Jansen Zuanon, 28 anos, do Fórum da Amazônia (organização não governamental), disse que há denúncias — ainda não confirmadas — de que a Paranapanema estaria manipulando, na mina, material radioativo como zirconita e nióbio. "Há

duas hipóteses: ou eles estão exportando esse material a preço de banana, passando como se fosse cassiterita, ou estão devolvendo para a natureza, porque não podem lavar", revelou. A visita à mina do Pitíngua, à reserva dos Waimiri-Atroari e à hidrelétrica de Balbina está na programação de hoje dos membros da delegação. O deputado Tuga se encontra amanhã, em Macapá (AP) com Valdir Ganzor (PT/PA), Socorro Gomes (PC, do B/PA) e Lourival Freitas (PT/AP), também membros da Comissão.